

# A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904)

Celso Castro e Juliana Gagliardi\*

## Resumo:

Este artigo trata da fracassada revolta militar que ocorreu em 14 de novembro de 1904, no contexto da revolta popular que eclodiu no Rio de Janeiro em oposição à lei da vacinação obrigatória – e que passou à história com o nome de Revolta da Vacina. Nessa ocasião, um grupo de oficiais do Exército e estudantes militares, liderados por um reduzido grupo de militares-políticos, protagonizou uma tentativa de golpe de Estado que partiu da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha. Procuramos mostrar como a revolta da Escola Militar teve na revolta popular apenas um pretexto, havendo outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Nesse sentido, destacamos o projeto de “refundação” da república de 1889, com dimensões políticas e simbólicas fundadas num padrão de ação mais geral, e que ajudam a compreender o levante militar.

**Palavras-chave:** Revolta da Vacina - Militares - República

## Abstract:

*This article is about the failed military rebellion that occurred at November 14, 1904, in the context of popular uprising that broke out in Rio de Janeiro in opposition to compulsory vaccination law - which passed into history with the name of Vaccine Revolt. On that occasion, a group of army officers and military students, led by a small group of military-political, staged a coup attempt that departed from the Military School in Brazil located at the Praia Vermelha. We're attempting to show how the revolt of the Military School in the popular uprising had only a pretext, with other interests and purposes involved in the deflagration of the movement. Thus we highlight the project of "rebuilding" the republic of 1889, with political and symbolic dimensions based on a pattern of more general actions and which help to understand the military uprising.*

**Keywords:** Vaccine Revolt, Military, Republic.

---

\* Celso Castro é professor do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq. Juliana Gagliardi de Araujo é mestranda em Comunicação pela UFF.

Em 14 de novembro de 1904, no contexto da revolta popular que eclodira poucos dias antes no Rio de Janeiro em oposição à lei da vacinação obrigatória contra a varíola – e que passou à história com o nome de Revolta da Vacina –, um grupo de jovens oficiais do Exército e estudantes militares, liderados por um general sem passado político, um senador que também era tenente-coronel e um pequeno grupo de oficiais superiores, todos do Exército, protagonizou uma tentativa de golpe de Estado que partiu da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha. Um levante na Escola Preparatória e de Tática do Realengo havia sido frustrado pouco antes, nesse mesmo dia.

O general de brigada, então inspetor do 22º Batalhão de Infantaria, Silvestre da Silva Rodrigues Travassos, depôs o comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, general Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, e assumiu o comando dos cerca de 300 alunos, que, em sua quase totalidade, aderiram à revolta.<sup>1</sup> Além do general Travassos, estavam envolvidos no levante da Escola o senador Lauro Sodré e o deputado Alfredo Varela. Licenciado da carreira militar no posto de tenente-coronel para assumir mandato na política, Lauro Sodré havia sido aluno e depois professor da Escola Militar da Praia Vermelha. Alfredo Varela, após estudar por alguns anos na Escola Militar, sem porém concluir o curso, havia se tornado, após a República, ardoroso seguidor de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. O deputado Alexandre José Barbosa Lima, que não esteve presente na Praia Vermelha, e que também era militar (major licenciado) e ex-aluno da Praia Vermelha, aparece, em algumas fontes disponíveis, como um dos “líderes espirituais” da revolta, ao lado de Lauro Sodré. Eles haviam sido, nas semanas imediatamente anteriores à revolta, responsáveis por discursos críticos à política nacional em geral, à lei da vacinação obrigatória em particular, que inflamaram sessões do Congresso Nacional. Ambos tinham uma trajetória política marcada pelo positivismo e pela devoção às figuras de Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Alfredo Varela, por sua vez, possuía um jornal chamado *O Commercio do Brazil*, em que publicava uma coluna diária intitulada “Direito à resistência”, contrária à obrigatoriedade da vacina. Para Varela a lei da vacina era inconstitucional, ilegal e feria os princípios de liberdade, além de violar a propriedade privada. O jornal foi fechado imediatamente após os acontecimentos de 14 de novembro. Diferentemente desses três personagens, figuras

---

<sup>1</sup> Segundo Bertoldo Klinger, aluno à época, “só dois alferes-alunos, João Candido Pereira de Castro Jr. e Estevão Leitão de Carvalho, tiveram a necessária coragem e personalidade para não irem na onda daquela criançada de companheirismo” (KLINGER: 1944:129).

públicas de destacada atuação política, o general Travassos, comandante militar da revolta, fez sua aparição pública apenas no dia de sua eclosão, durante uma reunião no Clube Militar.

Outros jornais da época, além de *O Commercio do Brazil*, são fontes importantes, embora muitas vezes imprecisas, para a reconstituição do episódio. A *Gazeta de Notícias*, com uma linguagem alarmista, não recusou adjetivações como “fato gravíssimo” e “notícias aterradoras” para narrar e ao mesmo tempo demonstrar-se contrária ao movimento. O *Jornal do Commercio*, mais discretamente, explicita que suas principais fontes para reportar o movimento foram as forças legalistas que o reprimiram. O *Paiz*, que deixou clara sua opinião contrária ao levante militar, foi o que descreveu o episódio com mais detalhes. Já em sua primeira página do dia 15 de novembro, este jornal alarmava seus leitores sobre o fato “lamentável” que havia ocorrido na véspera e que lhes permitia afirmar que a “autoridade [havia sido] atacada à mão armada”. Para este periódico, os alunos da Escola haviam sido vítimas dos acontecimentos e o grande culpado seria o senador Lauro Sodré, que teria desvirtuado a juventude militar, “abusando da confiança e do prestígio que exercia sobre [aqueles] rapazes”, “moços finos e bravos, de tão boa fé”. O mesmo julgamento não era feito em relação ao general Travassos. Aliás, em nenhum jornal o chefe militar da revolta foi retratado como um aliciador de jovens ou como líder intelectual da revolta. Falava-se dele apenas como o comandante militar do movimento revoltoso, que havia deposto o comandante da Escola Militar e conduzido os alunos em sua marcha para depor o governo. Além da falta de atuação política anterior ao episódio, o mais provável é que o fato dele ter sido gravemente ferido durante o episódio, vindo a morrer poucos dias depois, tenha revestido sua figura de certo respeito.

### **Da conspiração à revolta**

O movimento militar já vinha sendo preparado desde o mês anterior. Um momento catalisador da mobilização dos futuros revoltosos, e que parece ter sido o ponto de partida da consolidação de um projeto político coletivo que teria seu desfecho na revolta foi o dia 17 de outubro de 1904, data do 46º aniversário de Lauro Sodré. Na noite deste dia, o senador foi homenageado em sua casa, na Rua Conde de Irajá, em Botafogo, por alguns políticos, representantes de associações e, em especial, por uma

comissão de alunos da Escola Militar e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo.<sup>2</sup> Segundo as memórias de um ex-aluno, essas homenagens revestiram-se de um “relevo excepcional”, que “teve qualquer coisa de imponente” (Lobato Filho, 1992:55). Um dos alunos militares, Joaquim Gaudie de Aquino Correa, discursou em nome dos seus colegas, após oferecer uma escultura em bronze ao homenageado:

Nestes tempos sombrios e nublados através dos quais se arrasta vacilante e incerta a Pátria Brasileira, Lauro Sodré é como uma estrela a cintilar em meio da escuridade, a fé e confiança que nos inspira como patriota que se conserva puro e cuja lealdade e alma generosa subrenadam sempre às ondas empolgantes da corrupção e da dobrez política que avassalam este país.

Perdoai-nos estes arrancos de entusiasmos, pois da mesma maneira que os patriotas da França, como não há muito, Combes,<sup>3</sup> se aproveitaram dos banquetes políticos para tratar da felicidade dos destinos daquele venturoso país, nós, a mocidade do Brasil, nos valem do dia do aniversário dos nossos patrícios ilustres para falar das misérias da Pátria. (Cf. Lobato Filho, 1992:55-56)

Mais tarde se reuniram, em um dos cômodos da casa, alguns poucos convidados, ocasião em que o deputado Barbosa Lima fez uma saudação sugerindo que Sodré deveria ser “o guião impoluto na vereda da vitória”, o “reivindicador da liberdade da Pátria”.<sup>4</sup>

Segundo Lobato Filho, no início do mês de novembro teria ocorrido um novo encontro, reservado, porém sem grandes precauções, em uma sala da própria Escola, ao qual compareceram muitos alunos, alguns deles remanescentes das manifestações ocorridas na década anterior. Em duas ocasiões haviam ocorrido sérias indisciplinas envolvendo principalmente alunos da Escola Militar. Em dezembro de 1894, a movimentação fora de orientação política claramente florianista; em 1897, diante da ordem de enviar munição da Escola para as tropas no Rio Grande do Sul, os alunos insubordinaram-se. Em ambas as ocasiões, as aulas foram suspensas e muitos alunos desligados (alguns, posteriormente, reincorporados).<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo o *Jornal do Commercio* de 18/10/1904, havia comissões do Clube Militar (liderada pelo major Agostinho Raimundo Gomes de Castro), das Classes Operárias (lideradas por Vicente de Souza), das escolas Politécnica e de Direito, além de “outras pessoas gradadas”.

<sup>3</sup> A referência é a Émile Combes, político republicano francês que havia criado em 1894 um grupo chamado de “La Gauche Démocratique” e que, feito primeiro-ministro em 1902, desencadeava uma política fortemente anticlerical e defensora da educação laica.

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio*, 23/12/1904.

<sup>5</sup> Ver os relatórios dos ministros da Guerra dos respectivos anos para informações sobre esses acontecimentos, ainda pouco estudados.

A pauta da nova reunião ocorrida na Escola Militar de novembro de 1904 teria sido a preocupação com a pouca quantidade de munição disponível na Escola. Assim, já se previa a possibilidade de algum enfrentamento armado. Nesta reunião estaria um jovem oficial que servia na Fortaleza de São João, localizada no bairro da Urca, próximo à Escola Militar. Pretendia-se, por seu intermédio, retirar daquela Fortaleza, sem que seu comandante percebesse, a munição adicional que poderia ser necessária.

Segundo o depoimento de um ex-aluno da Escola Militar, durante o mês de outubro os ânimos entre os estudantes já estavam bastante exaltados. Esse clima pré-revolucionário, no entanto, não teria sido visível fora dos muros da Escola, já que as aulas prosseguiam normalmente: “Era apenas estranhável a quantidade de oficiais-alunos que permaneciam no estabelecimento depois das aulas, jogando peteca no pátio, ou em conversa no alojamento com os cadetes.” (Leitão de Carvalho, 1961:39-40). No início do mês de novembro, teriam corrido boatos e especulações sobre como e quando se deflagraria o levante e sobre o apoio ou adesão de outros militares. Segundo Lobato Filho, Lauro Sodré teria garantido, a uma comissão de alunos que fora procurá-lo em casa, que só concordaria com a saída da Escola para o movimento quando tivesse certeza de seu êxito. Enquanto isto, no Clube Militar, o major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e outros oficiais já garantiam a adesão de quase toda a guarnição militar, incluindo elementos da Marinha (Lobato Filho, 1992:63-64)

Veio então o pretexto que faltava: a lei da vacinação obrigatória contra a varíola, votada em 31 de outubro. Em 5 de novembro foi fundada a Liga contra a Vacina Obrigatória, sob a presidência de Lauro Sodré, em reunião ocorrida no Centro das Classes Operárias, presidido por Vicente de Souza, médico baiano, ex-abolicionista, republicano e depois socialista. O Apostolado Positivista também se manifestou fortemente contrário à lei. No dia 9 foi publicada a regulamentação da lei, o que levou a uma escalada da oposição.

No dia 10 de novembro, discursando no Senado, Lauro Sodré justificava “a campanha de resistência à lei arbitrária, iníqua, absurda, monstruosa” e, em seguida, inseria a vacinação obrigatória num contexto político mais amplo:

Não vejo nessa lei senão o abastardamento do regime republicano convertido nesse produto teratológico que aí está, regime da liberdade em que imperam os tiranos; regime de igualdade em que predominam os mais odiosos preconceitos, convertendo muitos dos nossos estados em propriedades de famílias dinásticas quase fora do Direito Penal;

regime de fraternidade em que o ódio dos que governam fulmina e assassina os que são governados. [...] Antigos republicanos de boa origem e alta estirpe já se sentem desamparados e desejosos de sair da situação seja como for. [...] Por que ter assombro, por que ter medo das revoluções, quando elas são salvadoras? (Cf. Lobato Filho, 1992:66-68)

Se a homenagem a Lauro Sodré do dia 17 havia dado, nas palavras de Lobato Filho, uma “senha” para o movimento, o discurso do dia 10 o havia desencadeado. Faltava definir o momento de sua eclosão. A data ideal para o levante militar era, propositalmente, 15 de novembro, quando haveria uma série de comemorações oficiais do aniversário da Proclamação da República. Nessa ocasião já estava prevista a participação de cinco brigadas militares – uma delas composta pelas duas escolas militares e outra, sob o comando do general Travassos, composta pelos 1º, 7º e 10º batalhões de infantaria, que entrariam em formação na Praça XV.<sup>6</sup> As comemorações militares, no entanto, seriam canceladas em função da escalada da revolta popular contra a vacina.

Nos dias 11 e 12, as manifestações ganharam as ruas, com concentrações e passeatas convocadas pela Liga e pelo Centro das Classes Operárias que terminaram em tumulto, reprimidas pela polícia. Lauro Sodré e Barbosa Lima procuraram manter-se na liderança do movimento, dando um sentido político à insurreição. No dia 13, no entanto, a situação saiu de controle, e uma outra revolta, agora de caráter mais popular e liderança difusa, espalhou-se por toda a cidade. Bondes foram quebrados, lojas atacadas e combustores de iluminação quebrados. A polícia foi atacada pelos manifestantes, e barricadas foram erguidas.

No início da tarde do dia 14, paralelamente à movimentação dos alunos, outros personagens envolvidos no movimento se organizavam no Clube Militar para acertar os detalhes do movimento. Além do general Travassos, lá estavam Lauro Sodré e Barbosa Lima, o general Olímpio da Silveira, o major Gomes de Castro e o capitão Augusto Mendes de Moraes. Os três últimos ficaram responsáveis por deflagrar o movimento na Escola de Tática do Realengo. O ministro da Guerra tomou conhecimento da reunião e ordenou ao general Leite de Castro, presidente do Clube, que a dissolvesse, o que foi feito. Mas já era tarde para abortar movimento militar.

---

<sup>6</sup> *O Paiz*, 16/11/1904.

O general Olímpio da Silveira foi então consultar o presidente Rodrigues Alves sobre a possibilidade de substituir o ministro da Justiça, José Joaquim Seabra, como uma forma de acalmar os ânimos, restabelecer a paz nas ruas e evitar “que as escolas [militares] saíssem”.<sup>7</sup> Diante da resposta do presidente Rodrigues Alves de que o governo tinha força suficiente para reprimir qualquer possível atentado à ordem, e do comentário ameaçador de que ficaria muito decepcionado de ver um general militar envolvido em quaisquer tipos de arruaças, Olímpio da Silveira acabou desistindo de participar da tentativa de levante na Escola Preparatória do Realengo. Mesmo assim, ele acabaria sendo, dois dias depois, preso disciplinarmente a bordo do navio *Aquidabani*.<sup>8</sup>

A tentativa de revolta no Realengo passou então à responsabilidade do major Gomes de Castro, que, após alcançar seu objetivo, deveria entregar o comando ao general Marciano de Magalhães, irmão de Benjamin Constant. Seu intento, todavia, foi frustrado pelo comandante da escola, o general Hermes da Fonseca. Às 16h30min, quando já havia embarcado no trem que o levaria do Realengo ao centro da cidade, Hermes estranhou ver, desembarcados do mesmo trem, o major Gomes de Castro, acompanhado do capitão Mendes de Moraes e de um civil chamado Luiz Pinto Pereira de Andrade. Imediatamente desceu do trem, acompanhado de três oficiais que com ele se encontravam. Encontrando-se os dois grupos à saída da estação, Gomes de Castro deu a Hermes a explicação, pouco convincente, de que ali estava para visitar um amigo. Hermes voltou então imediatamente à Escola, formou os alunos e os exortou a manterem-se disciplinados. Pouco depois, quando o Major Gomes de Castro entrou na Escola, levantando vivas à República, foi imediatamente preso, juntamente com Pinto de Andrade. O capitão Mendes de Moraes, que ficara do lado de fora do portão, atirou várias vezes, ferindo o tenente João Manoel de Araújo e – na versão de Hermes – também involuntariamente seu companheiro de sedição, Pinto de Andrade, atingido por dois tiros. Mendes de Moraes conseguiu fugir.<sup>9</sup>

Coube ao general Travassos liderar o movimento na Praia Vermelha. Nesse dia 14, o comandante da Escola Militar, general Costallat, foi chamado à Secretaria de Guerra pelo então ministro, marechal Francisco de Paula Argollo, que o

---

<sup>7</sup> Segundo carta de Rodrigues Alves, reproduzida em Melo Franco (2000:505-510), o então presidente diz que Olímpio da Silveira não chegou a falar claramente sobre a substituição do ministro, mas sim sobre a possibilidade de haver alguma forma de conciliação.

<sup>8</sup> *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, 17/11/1904.

<sup>9</sup> *Gazeta de Notícias*, 15, 17 e 19/11/1904. *Jornal do Commercio*, 15 e 16/11/1904. *O Paiz*, 15/11/1904.

avisou sobre um boato que corria de que algo aconteceria na Escola. Saindo da Secretaria, Costallat foi para casa. Por volta das 15 horas, o alferes João Torres Cruz, a pedido do capitão do 1º Batalhão de Artilharia, José Fernandes Leite de Castro, foi avisá-lo sobre os boatos de que ocorria uma reunião no Clube Militar, à qual estavam presentes o general Travassos, Olympio da Silveira e o senador Lauro Sodré<sup>10</sup>. Sabendo disso, Costallat retornou à Escola, lá chegando por volta da 17 horas. No relatório que faria ao ministro da Guerra no dia 15, diria haver notado “que os alunos estavam sob certa impressão, devida aos acontecimentos que se passavam na cidade.”<sup>11</sup> Em depoimento posterior, no processo penal militar por “inobservância do dever militar” a que foi submetido (e inocentado), disse que lá encontrou tudo aparentemente dentro da normalidade. Na administração da Escola, foi informado de que nada de anormal se havia notado. Graças à insistente desconfiança do capitão Leite de Castro, Costallat fez recomendações ao 1º tenente Benício Felipe de Souza de que o depósito em que se guardavam as armas e munições fosse protegido e de que ninguém deveria entrar ou sair da Escola sem que ele fosse informado.

Neste exato momento, todavia, os alunos já arrombavam o depósito e armavam-se. Costallat desceu da secretaria e, segundo sua versão, teria reagido com energia aos alunos que estavam próximos dele, chamando-os de “indisciplinados”. Os alunos teriam dado tiros para o alto, no intuito de amedrontá-lo. Na versão de Leitão de Carvalho, um dos poucos alunos que se mantiveram legalistas, o comandante da Escola e seus auxiliares imediatos teriam facilmente se conformado com a situação (Leitão de Carvalho, 1961:47). Durante o processo do general, nenhuma das testemunhas, além do próprio interpelado, confirmou que tivesse havido tentativa de resistência à força.

Segundo o depoimento de Costallat, o general Travassos surgiu então do meio dos alunos. Ele teria entrado na Escola por volta das 18h30min ou 19h, acompanhado de Lauro Sodré e alguns outros oficiais, além do deputado Alfredo Varela. No relatório ao ministro da Guerra no dia 15, Costallat afirmaria ter ouvido de Travassos: “Vim assumir o comando da Escola como chefe do movimento; sei que jogo a minha cabeça, mas obedeço à designação da mocidade para seu diretor.” Já em seu depoimento no

---

<sup>10</sup> Auto de Informação do Crime – Sublevação da Escola Militar do Brasil / 14 de novembro de 1904. Arquivo Nacional. Fundo: Supremo Tribunal Militar. Notação: BW 2146. Salvo indicação em contrário, esta é a fonte para a versão de Costallat.

<sup>11</sup> *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1905*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905. O relatório de Costallat encontra-se às páginas 8 e 9.



processo militar a que foi submetido, o general Travassos o teria informado ser o “chefe do exército revolucionário”, aclamado pela “mocidade das Escolas [militares]”, e que havia ido assumir o comando da Escola Militar do Brasil.

Costallat, segundo suas declarações, só contava com o apoio de oito funcionários da administração, quatro alunos e um soldado, motivo pelo qual admitiu que não dispunha de meios para resistir. Em seu depoimento, afirma ter pedido a Travassos que o considerasse seu prisioneiro, o que aquele general teria se recusado a fazer, permitindo que Costallat deixasse livremente a Escola. Quando partia, acompanhado até o portão da Escola pelo general revoltoso, Costallat lhe teria dito, ironicamente, “seja feliz”<sup>12</sup> e, para os alunos, que “os senhores têm o comandante que merecem”. Deixou em seguida a Escola em companhia dos poucos funcionários e alunos que não aderiram à revolta, embarcando em um bonde que os levaria à Secretaria da Guerra, para informar o ocorrido ao ministro Argollo.

Com a partida do general deposto, Travassos deu instruções aos alunos: retirar do parque a artilharia da Escola, recrutar trabalhadores das pedreiras da Urca e de Botafogo para ajudarem na tração da artilharia, reforçar a guarda da Escola, enviar um grupo de alunos para a pedreira de Botafogo para dar cobertura à marcha da Escola pela praia em direção ao Palácio do Catete e enviar outros alunos à Fortaleza de São João para buscarem a munição previamente combinada com oficiais daquela fortaleza. Por fim, ordenou que a tropa entrasse em forma, já armada, para marchar em direção ao Palácio do Catete com o intuito de depor o presidente da República. Alguns acadêmicos civis que se apresentaram para participar do movimento teriam recebido, na hora, instruções sumárias de tiro (Lobato Filho, 1992:73-74).

No momento em que a informação sobre a revolta da Escola Militar chegou ao Palácio do Catete, às 19h30min,<sup>13</sup> o presidente se reuniu com os ministros da Guerra (Argollo), da Marinha (Júlio César de Noronha), da Justiça (José Joaquim Seabra), da Fazenda (José Leopoldo de Bulhões Jardim) e da Viação (Lauro Müller). Muitos senadores estiveram no palácio durante a noite. O exército, a marinha, a polícia e os bombeiros foram acionados para fortalecer a segurança do palácio. Segundo Rodrigues Alves, nessa “noite escura e lúgubre”, com os lampiões apagados, “era grande a

---

<sup>12</sup> Antes de seu depoimento no auto de informação de crime-relatório, em 22/11/1904, a expressão já aparecera reproduzida em *O Paiz*, de 15/11.

<sup>13</sup> *O Paiz*, 15/11/1904.

apreensão. Dizia-se que da escola partiram 1.000 homens, entre alunos, militares e civis e foi com grande ansiedade que se esperaram os acontecimentos” (cf. Melo Franco, 2000:510)

Enquanto isso, na Praia Vermelha, por volta das 21h, os alunos formavam em frente à Escola, de onde saíram em direção ao Catete em dois grupos. O primeiro, menor, seguiria pela pedreira do Morro do Pasmado, para dar cobertura ao segundo e maior grupo, que desceria a Rua General Severiano e seguiria depois para a Rua da Passagem.<sup>14</sup> Receberam, ainda antes de se pôr em marcha, a notícia de dois insucessos: a busca de munições na Fortaleza de São João havia fracassado – o comandante daquele estabelecimento, coronel Marques Porto, havia sufocado a missão;<sup>15</sup> e o levante na Escola Preparatória do Realengo igualmente havia sido abortado.

Mesmo assim, o general Travassos decidiu romper marcha, por volta das 22 horas. Lauro Sodré ia ao lado da bandeira. Na altura da Praia da Saudade (local onde hoje fica o Iate Clube), afinal chegou uma boa notícia: um esquadrão de cavalaria de reconhecimento, enviado pelo governo, aderira aos revoltosos, passando a tomar parte na marcha. Em seguida, ao passarem pela Rua General Severiano, o grupo que havia sido enviado para a pedreira do Morro do Pasmado juntava-se aos colegas.

Por volta de meia-noite, quando os revoltosos entravam pela Rua da Passagem, depararam-se com tropas leais ao governo e bem mais numerosas que, saindo do Catete, haviam passado pelo Largo do Machado, pela Rua Marquês de Abrantes e pela Praia de Botafogo. Eram compostas, em sua maior parte, pela Brigada Policial, sob o comando general Antônio Carlos da Silva Piragibe. O general Travassos enviou então um alferes-aluno da Escola Militar, Silvestre Cavalcanti, para transmitir uma mensagem ao comandante da brigada. O alferes-aluno foi recebido a tiros e voltou em seu cavalo, vindo a cair, já morto, junto da tropa revoltosa.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> *Gazeta de Notícias*, 16/11/1904.

<sup>15</sup> *O Paiz*, 16/11/1904. Sobre o ocorrido na Fortaleza de São João, ver o relatório de seu comandante, incluído no relatório do ministro Argollo, acima citado, páginas 10-12.

<sup>16</sup> Segundo depoimento do major Possidônio, que comandava a 1ª companhia do 2.º batalhão da Brigada do Governo: “Instantes depois aproximou-se um cavaleiro que no momento não se podia ver quem era. O general mandou então que se perguntasse quem era. O cavaleiro respondeu – é um camarada”; e acrescentou: “O cavaleiro fez rodar o animal e o General mandou neste momento fazer fogo. À descarga responderam os alunos, dando-se então o fato de todo conhecido. A debandada foi completa, e quando dei acordo de mim, vi-me rodeado apenas de algumas praças: o resto havia corrido”. (cf. Sodré, 1970:89).

O general Travassos ordenou então que sua tropa fizesse alto e que uma companhia se estendesse pela Rua da Passagem, aguardando a chegada dos adversários e preparando-se para o combate. Segundo uma testemunha citada pelo jornal *O Paiz* de 18 de novembro, o general Travassos, montado a cavalo e seguindo à frente dos alunos da Escola Militar, chegou a estar a dois passos do coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão, comandante de uma das colunas legalistas. A escuridão era tal que as forças marchavam sem se ver. O general Travassos, avistando o coronel Pedro Paulo, segundo o mesmo jornal, “usou da palavra, exortando-o a aderir ao movimento em nome da salvação pública”, ao que o coronel respondeu “que era militar e havia de cumprir o seu dever. Ao que respondeu o general Travassos: - Pois bem, coronel, cumpra o seu dever que eu vou cumprir o meu.”

Em seguida, em meio à escuridão das ruas com lampiões quebrados e à chuva fina que caía, começou um intenso tiroteio entre os dois lados, que durou cerca de meia hora.<sup>17</sup> O então aluno Bertoldo Klinger afirmaria, 40 anos mais tarde, que o tiroteio foi “anarquizado”, e que os alunos corriam até o risco de atirarem uns nos outros (Klinger, 1944:130). A tropa enviada pelo governo, além de ser muito maior em número de ser mais numerosa, dispunha de muito mais munição. Contudo, apesar de sua vantagem, os legalistas entraram em pânico e debandaram, voltando em direção ao Palácio para aguardar reforços.<sup>18</sup> Segundo o relato de Rodrigues Alves:

Correu, de repente, a notícia do encontro das forças em Botafogo e a retirada das nossas, tendo havido tiroteio. Em verdade apareceu daí a pouco na sala o Coronel Pedro Paulo, e, de pé na porta de entrada, disse, com ar espantado, que a sua força havia debandado. Instantes depois, veio o general Piragibe dizendo, com o mesmo ar daquele, que a sua força debandou e que se queriam que ele combatesse, dessem-lhe soldados e boas armas (cf. Melo Franco, 2000:510).

Em relatório posterior sobre o episódio, o chefe de Polícia procurava melhor justificar a retirada:

Em meio dessa noite negra sem luz alguma, mal distinguindo, inutilizados como estavam pelos malfeitores ao serviço dos conjurados, os combustores da iluminação pública, de onde partiam os tiros e como se movimentavam as forças combatentes, estabeleceu-se explicável confusão que determinou a volta das tropas legais ao Catete. (cf. Lobato Filho, 1992:86-87)

---

<sup>17</sup> A duração é dada pela *Gazeta de Notícias* de 16/11/1904 e por Lobato Filho (1992).

<sup>18</sup> *O Paiz*, 15/11/1904.

Diante da situação de risco que o governo vivia, chegou-se a cogitar que Rodrigues Alves embarcasse num navio de guerra, onde lhe poderia ser garantida maior segurança, o que o próprio presidente recusou. Em suas palavras:

Foi indescritível a cena que se seguiu. Pensei que as forças haviam sido destroçadas e que a escola aí vinha sobre o palácio. Houve um momento de pânico, do qual eu mesmo participei. De todos os lados aconselhavam-me que saísse; que fosse organizar a defesa no mar; que era honroso isso; que não devia sacrificar o governo e as instituições. Era essa a voz geral, parecia o sentimento de todos. Já eu havia reassumido a calma, passado o mau momento. Chamei um de meus filhos, mandei ver se convencia as irmãs a saírem do palácio para qualquer parte em uma das lanchas que existiam nos fundos do palácio, e, cumprindo esse dever, readquiri toda a minha presença de espírito, declarando que não sairia e que meu lugar era aqui, que tínhamos elementos para combater com êxito e, animando a todos, dei ordem para que se movessem, falei a todos que saíssem para animar os soldados. A coragem foi voltando; as providências começaram a ter ordem; as barricadas de defesa foram em andamento, e, em breve, estávamos preparados para qualquer encontro, porque começaram a chegar forças do exército. (Cf. Melo Franco, 2000:510)

Igualmente sem saber ao certo o que acontecia, em meio à confusão geral, a Escola Militar também recuou, retornando à Praia Vermelha. Provavelmente a confusão ocorreu pelo mesmo motivo apresentado pelo chefe de polícia, general Piragibe, para justificar a retirada de sua brigada: a Rua da Passagem, como boa parte da cidade, estava às escuras.<sup>19</sup> A revolta da vacina foi também chamada, não à toa, de “quebra lampiões”: no escuro, e em meio a caos que tomava conta da cidade, o medo parecia ser mais forte que qualquer outro sentimento.

É importante, no entanto, saber que durante o tiroteio houve alguns mortos e feridos de ambos os lados. Do lado dos revoltosos havia dois ou três mortos e oito feridos; do lado dos rebeldes, algumas fontes mencionam 32 feridos.<sup>20</sup> Acima de tudo e de todos, o comandante, general Travassos, fora atingido por um tiro na perna e, apeado de seu cavalo morto, havia sido retirado para a casa de seu filho, de onde foi depois transferido preso para o Hospital Central do Exército. Em decorrência das complicações desse ferimento, que demandariam a amputação do membro, viria a

---

<sup>19</sup> Segundo a *Gazeta de Notícias* de 15/11/1904, às 20h a Praia de Botafogo “era percorrida por grupos de populares, que apagam a pedra os combustores de iluminação pública e atacavam os bondes da Jardim Botânico.”

<sup>20</sup> As informações são de Lobato Filho, J. M. de Carvalho (1987:108) e *Jornal do Commercio*, 16/11/1904.

falecer no dia 22 de novembro,<sup>21</sup> aos 55 anos de idade, sendo sepultado no dia seguinte, sem que lhe fossem concedidas honras militares (Melo Franco, 2000). O senador Lauro Sodré, que imediatamente após o combate escondeu-se por alguns dias até ser preso, também fora ferido por um tiro na cabeça, embora sem muita gravidade.

A Escola Militar foi então iluminada pelos holofotes do *Deodoro*<sup>22</sup> e bombardeada de madrugada por navios de guerra, postados na boca da barra da Baía da Guanabara. Durante toda a madrugada foram tomadas providências para proteger o Palácio e cercar a Escola. Tropas leais ao governo foram enviadas, sob o comando do coronel Caetano de Faria, em direção à Escola da Praia Vermelha. Por volta das 6:30h da manhã do dia 15, a Escola foi ocupada, sem resistências, pelo marechal Argollo e pelo ministro Lauro Müller, em seu uniforme preto de major de Engenharia.<sup>23</sup> Alguns alunos haviam fugido da Escola durante a noite ou logo após o combate da Rua da Passagem, outros se apresentaram ao ministro da Guerra logo que a Escola foi tomada, afirmando que não eram solidários ao movimento de seus colegas. A maioria, cerca de 200 alunos e nove oficiais, rendeu-se sem resistência e permaneceu em formatura no pátio do estabelecimento até a entrada do marechal Argollo, que lhes disse, segundo Lobato Filho, que esperava lá encontrar não eles, alunos, mas os chefes que haviam explorado seu ardor, que poderia ter sido melhor empregado (Lobato Filho, 2000:121). Os alunos saíram da Escola em bondes, escoltados pelas forças do governo, de onde seguiram presos para unidades militares. Dias depois, os alunos foram embarcados em navios e distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>24</sup>. Oitenta e um alunos da Escola do Realengo também foram enviados para os portos do Sul<sup>25</sup>. Um decreto do dia anterior excluía os alunos revoltosos do exército.

A tentativa de deposição do presidente não teve êxito, mas assustou as autoridades. No dia 16 de novembro o estado de sítio para o Rio de Janeiro e Niterói foi aprovado, e posteriormente prorrogado por três vezes consecutivas,<sup>26</sup> sob a argumentação de que o poder legal estava ameaçado pela tentativa de golpe e instauração de uma ditadura militar. Nesse mesmo dia o governo revogou a

---

<sup>21</sup> *Gazeta de Notícias*, 23/11/1904.

<sup>22</sup> *Gazeta de Notícias*, 15/11/1904.

<sup>23</sup> Para a descrição desse evento, ver *Gazeta de Notícias*, 16/11/1904.

<sup>24</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/11/1904.

<sup>25</sup> *Gazeta de Notícias*, 19/11/1904.

<sup>26</sup> Primeiramente foi aprovada sua primeira prorrogação, em 13 de dezembro, por 30 dias. Em 4 de janeiro de 1905 e em 15 de fevereiro de 1905 o estado de exceção foi novamente prorrogado.

obrigatoriedade da vacinação e suas tropas conseguiram prender Horácio José da Silva, vulgo “Prata Preta”, personagem mítico e quase totalmente desconhecido que liderava as barricadas no bairro da Saúde. A partir daí a revolta popular também se desarticulou. O saldo foi de cerca de 30 mortos, mais de uma centena de feridos e cerca de mil populares presos e enviados à Ilha das Cobras, metade dos quais foram deportados em seguida em navios-prisão para o Acre, a fim de trabalharem em seringais. Muitos morreriam durante a viagem.

### **Refundar a República**

A revolta da Escola Militar teve na revolta popular da vacina um pretexto. A aderência ao movimento popular provavelmente cativou alguns revoltosos. No entanto, havia outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Lauro Sodré, figura chave para a eclosão do movimento, era também líder do Partido Republicano Federal, que reunia as oposições de todos os estados à *política dos governadores*. A política nacional oligárquica do início do século XX facilitava a emergência de descontentamentos por parte daqueles políticos que não tinham acesso direto ao poder. Assim, a deposição do presidente da República e a tomada do cargo por Lauro Sodré representariam uma tentativa de modificação da ordem política vigente, num contexto de disputa de grupos políticos intra-elites.

No caso do general Travassos, é razoável supor que aceitou liderar o movimento em razão de sua orientação positivista, refletida em sua postura de oposição a uma lei que tornava obrigatória a vacinação e que era vista como uma afronta à liberdade de escolha e à inviolabilidade do lar, previstas pela Constituição de 1891. A confiar nas fontes disponíveis, o general Travassos só despontou como real participante do movimento na reunião do Clube Militar da tarde do dia 14, já que não há registros de sua presença na reunião ocorrida na casa de Lauro Sodré ou em outro encontro anterior. Assim, é possível que o general tenha acreditado que o movimento havia sido bem encaminhado por Lauro Sodré, Barbosa Lima e pelos alunos, cabendo a ele apenas a liderança de sua marcha.

Num momento decisivo para o levante da Escola Militar, defrontaram-se dois generais, Travassos e Costallat – um “revolucionário”, o outro legalista. O primeiro foi

morto desafiando o governo vigente; o segundo, processado (e finalmente absolvido) pelo Supremo Tribunal Militar por inobservância do dever militar.

O presidente da República assinou em 16 de novembro decreto que mandava fechar a Escola Militar do Brasil.<sup>27</sup> Os alunos foram expulsos do Exército, porém seriam anistiados no ano seguinte, o que permitiu que alguns retomassem sua formação militar, agora no Rio Grande do Sul. Lauro Sodré também seria anistiado em 1905. Quanto a Barbosa Lima, que não tomou parte no movimento, manteve-se ausente nas sessões do Congresso posteriores à revolta. Ambos continuariam atuantes na política nacional por muitos anos. Já os populares presos na revolta e desterrados para o Acre sumiriam para sempre da cena em que, por breve período, apareceram com destaque. Restava esperar que a história os recuperasse.

Não se procurou aqui fazer uma reconstituição detalhada da revolta militar nem do perfil ou da ação de seus personagens. Há poucas fontes disponíveis e seria necessário trabalho de pesquisa mais extenso. Vale chamar a atenção para o fato de que a historiografia até hoje também não deu grande atenção à revolta militar. O compreensível fascínio pela revolta popular, com sua *massa* quase indistinta de pessoas unidas contra a modernização excludente da *belle-époque* que se vivia na capital, sem dúvida contribuiu para deixar a revolta militar em segundo plano e, em geral, muito resumida nos trabalhos que foram feitos.

No final de 1904, a ocorrência de revoltas populares urbanas não era novidade na capital, muito pelo contrário; basta lembrar a Revolta do Vintém de 1880<sup>28</sup>. A de 1904, no entanto, atingiu uma extensão, profundidade e duração sem precedentes. Nachman (1977), Sevchenko (1983), Needel (1987) e J. M. de Carvalho (1984 e 1987) fizeram análises muito importantes sobre a revolta, contribuindo, em seu conjunto, para uma total renovação da visão que sobre ela se tinha, até então considerada um evento menor na história do Brasil. Concordamos com a maioria de seus achados ou *insights*, porém acreditamos ser significativo observar que esses autores fizeram seus estudos no período que transcorreu entre o processo de abertura política do final do regime militar e o início da redemocratização do Brasil, período marcado, no terreno da historiografia, pela atenção ao renascimento dos movimentos sociais e por uma perspectiva que dava

---

<sup>27</sup> *O Paiz*, 17/11/1904.

<sup>28</sup> Conhecida por esse nome por ter sido motivada pela cobrança de vinte Réis (um vintém) pelas passagens dos bondes.

maior – e justa – atenção à história dos “vencidos”. Nesse sentido, é compreensível que a revolta militar, comparada à revolta popular, tenha recebido menor atenção.

Os líderes da revolta militar, diferentemente dos populares, não eram, como bem observou Needel (1987:247), contrários à “modernidade”; nem mesmo eram contrários à natureza *científica* da vacina, mas apenas ao fato *político* de sua obrigatoriedade. Eles eram, todavia, “modernizadores” de outro tipo, buscando uma alternativa política mais radical e menos excludente do que a *política dos governadores* liderada pela oligarquia paulista, vista como anacrônica, atrasada e similar à que se praticava durante a monarquia. Lauro Sodré, vale lembrar, havia sido candidato derrotado à presidência da República em 1898, concorrendo com o paulista Campos Sales. Embora também fizessem parte da elite política e não fossem adeptos de uma revolução popular, os líderes da revolta militar de 1904 sem dúvida assustaram os setores das elites que controlavam o poder, despertando o fantasma de reformas que poderiam introduzir, caso vitoriosos. Os vínculos com líderes operários como Vicente de Souza reforçavam essa sensação.

Dar atenção à revolta militar ocorrida no bojo da revolta popular não implica diminuir a estatura da revolta popular, nem suprimir a possibilidade de se fazer uma “história-prata-preta”, como teme Cukierman, (2007:239). Para dar maior destaque à revolta popular, este autor não economiza na atribuição de adjetivos negativos à tentativa de golpe militar: “bufonaria golpista de quinta categoria”, “grande comédia de erros”, “comédia esquisita”, “patética”, “farsa”, “uma verdadeira pândega”, “tentativa canhestra de golpe militar” (p. 236-238). Acreditamos, entretanto, que, descartando-se dessa maneira a relevância do movimento, corre-se o risco de perder de vista o efeito que sua *derrota política* legou aos que buscam compreendê-lo. Não se trata de valorizar positiva ou negativamente a ação e as intenções individuais de seus personagens, embora elas também façam parte da história. Parece ser mais importante, agora, apontar dimensões políticas e simbólicas fundadas num padrão de ação mais geral, e que ajudam a compreender o levante militar como algo além de uma “bufonaria”.

Os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe em 1904 defendiam o retorno ao ideal republicano que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889, continuado na década seguinte por Floriano Peixoto e pelos políticos *jacobinos*, porém traído e finalmente derrotado pelo conluio das oligarquias tradicionais.



Esses personagens repetiam um mesmo padrão, vitorioso em 1889 e algumas vezes ensaiado nos anos seguintes: uma maioria de jovens oficiais ou mesmo alunos do Exército com formação “científica” – na linguagem da época, a “mocidade militar” –, buscava, sob a liderança de alguns poucos militares de mais alta patente, e através de uma ação rápida, salvar a nação, em seu nome (Castro, 1995). As homenagens prestadas pela “mocidade militar” a Lauro Sodré, por exemplo, em muito lembram as recebidas, quinze anos antes, por Benjamin Constant – de quem, aliás, Sodré fora “discípulo”.

Desta feita, no entanto, a tentativa de golpe fracassou, e é importante insistir no resultado desse desfecho político. O sucesso do golpe republicano de 1889 levou à convicção de que, mais cedo ou mais tarde, a monarquia acabaria como que por uma inevitabilidade histórica, e que a força do ideal republicano e a coesão da “classe militar” eram maiores do que talvez tenham sido. O fracasso de 1904 ocasionou o encerramento definitivo de todo um ciclo de formação militar – a Escola Militar da Praia Vermelha (ou “Tabernáculo da Ciência”, como a chamavam seus alunos) não seria mais reaberta. Resultou, também, no esgotamento de um padrão de ação política que José Murilo de Carvalho nomeou de “primeiro tenentismo”, para diferenciá-lo do “segundo tenentismo”, da década de 1920, este sim afinal vitorioso, ao menos parcialmente, em 1930. Esta vitória política fez com que os revoltosos que participaram deste segundo ciclo tenentista, iniciado com a revolta de 1922 – dentre eles, os que passaram à história como “Os Dezoito do Forte” –, bem como os que participaram dos levantes dos anos seguintes ganhassem um relevo, na memória histórica das décadas seguintes, que os derrotados de 1904 nunca teriam.

### **Referências bibliográficas**

- CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. Tomo I, Livros 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadãos ativos: A revolta da vacina*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República – Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

- CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Vol. I
- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944. Vol. 1.
- LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha – Contribuição para a História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992 (Ed. Original, 1948?).
- NEDELL, Jeffrey D. “The ‘Revolta contra a Vacina’ of 1904: the revolt against ‘Modernization’ in ‘Belle Époque’ Rio de Janeiro”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 67, n° 2, maio de 1987, p. 233-69.
- NACHMAN, Robert G. “Positivism and Revolution in Brazil. First Republic: The 1904 revolt”. *The Americas*, Vol. 34, No. 1 (Jul., 1977), p. 20-39.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina – Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1970.